RÁDIOPEÃO
EDIÇÃO 163
BOLETIM DO SINDIPETRO/MG
14 DE JULHO DE 2023
SINDIPETRO.ORG

Congresso destaca desafios e impulsiona retomada de direitos

A categoria petroleira demonstrou sua força e unidade durante todo o 37º Congresso dos Petroleiros de Minas Gerais, realizado entre os dias 5 e 8 de julho. Com um formato híbrido, que permitiu a participação ampliada dos trabalhadores, o congresso foi marcado por debates intensos e deliberações que fortalecem a luta da categoria pela retomada de direitos e pela reconstrução do Brasil.

Dor de cabeça para os aposentados e pensionistas, os debates referentes aos problemas referentes a AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde) e a Petros foram dos mais importantes do congresso. Os petroleiros aprovaram a proposta de custeio da AMS na proporção de 90% (empresa) x 10% (trabalhadores) pelos próximos dois anos para repor perdas após os últimos anos de desmontes no plano de saúde. A gestão da AMS também foi abordada, com a proposta de que seja novamente realizada pelo RH da Petrobrás e com maior participação de representantes da categoria, enterrando de vez a APS

Além disso, reivindicaram a reconstrução dos benefícios através da retomada das clínicas e dos médicos credenciados. Quanto à Petros, os petroleiros defenderam o fim dos Planos de Equacionamento de Déficits (PEDs) com a busca por uma solução definitiva e negociada para o fundo de pensão.

No que diz respeito ao efetivo nas unidades mineiras e às transferências compulsórias, foi defendida a criação de um programa permanente de mobilidade com funcionamento justo e transparente, e que tenha a participação do sindicato, sem sofrer com interferência de gerentes locais. O programa concebido pelos congressistas foi proposto de forma a priorizar os trabalhadores transferidos compulsoriamente devido a fechamento de unidades, desinvestimentos, privatizações ou redução de efetivo. Também foi ressaltada a necessidade de reposição imediata do efetivo via concursos públicos, com a reprimeirização de setores e retomada dos números mínimos históricos.

Quanto ao reajuste e às condições de trabalho, a categoria petroleira de Minas Gerais aprovou a reivindicação de reposição da inflação (IPCA) e das perdas salariais acumuladas desde 2016, além do acréscimo de R$500 nas tabelas salariais. Outra demanda importante diz respeito à remuneração variável, reivindicando o fim do Programa de Prêmio por Performance (PPP) e a valorização da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

O 37º Congresso dos Petroleiros de Minas Gerais foi encerrado com o fortalecimento da união e determinação da categoria petroleira do estado em continuar lutando por melhores condições de trabalho e pela retomada de direitos. As deliberações e reivindicações aprovadas durante o congresso refletem a vontade dos petroleiros em construir um futuro em que a categoria petroleira seja valorizada, de forma a contribuir para a reconstrução da Petrobrás e reindustrialização do Brasil.

As pautas aprovadas pelo congresso estadual agora seguem para serem avaliadas e votadas durante o XIX Congresso da Federação Única dos Petroleiros (CONFUP), entre os dias 3 e 6 de agosto.

Sindicatos conquistam direitos para terceirizados

Os trabalhadores terceirizados da Petrobrás podem comemorar avanços nas negociações do Grupo de Trabalho (GT Terceirização), que reuniu representantes da empresa e da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Entre os avanços está o retorno da exigência de planos de assistência médica e odontológica não só para os trabalhadores, como também para os seus dependentes, a partir de novos contratos com as empresas terceirizadas.

Outras reivindicações atendidas pela empresa são a exigência de padronização das informações sobre periculosidade para as empresas contratadas e a garantia nos contratos de uma referência para salários, benefícios (vales refeição/alimentação) e acordo coletivo.

A Petrobrás também firmou o compromisso em negociar no ACT a volta do fundo garantidor. Uma medida de proteção financeira que visa assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte das empresas que fornecem serviços terceirizados. Esse fundo é constituído por recursos depositados pelas empresas de terceirização, podendo ser utilizado para cobrir eventuais dívidas trabalhistas. Também ficou acordado a discussão de criação, a longo prazo, de um acordo nacional tripartite para trabalhadores terceirizados que atuam nas paradas de manutenção das refinarias.

No 37º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais, os participantes reafirmaram os avanços garantidos no GT sobre terceirização e aprovaram uma moção em defesa da vida e do respeito aos seus trabalhadores; por condições de trabalho dignas e salários justos para todos os petroleiros próprios e terceirizados; por um ambiente saudável de trabalho e pelo fim do assédio nas unidades.

Petrobrás toma calote de comprador da SIX

Mais um escândalo foi divulgado, esta semana, envolvendo a refinaria SIX vendida pela Petrobrás ao grupo Forbes & Manhatam. Entre as empresas há um contrato de Suporte Temporário Administrativo e de Apoio Técnico à Operação da Refinaria (TSA) que não está sendo pago. O calote é estimado em cerca de R$ 140 milhões.

Diante da falta de pagamento e descumprimento das regras acordadas em contrato, a Petrobrás suspendeu os serviços de TSA entre a Paraná Xisto S.A e a estatal. O comunicado foi feito aos petroleiros em ofício enviado ao Sindipetro PR/SC, no dia 10 de julho. A informação é de que não haverá prejuízo salarial para os trabalhadores. Ou seja, o ônus da privatização segue pago pela estatal. "O calote do grupo canadense na Petrobrás mostra os efeitos desastrosos das privatizações promovidas no governo Bolsonaro. A venda da SIX só serviu para entregar uma tecnologia brasileira a preço de banana, sem nenhum compromisso com os empregos e desenvolvimento da região", comenta o coordenador do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

A SIX, situada em São Mateus do Sul, no Paraná, foi privatizada em novembro de 2022, ao apagar das luzes do governo Bolsonaro e a Petrobrás seguirá administrando a unidade até que a nova empresa constituída (Paraná Xisto) possa operar sozinha, sendo remunerada para isso.

A FUP, a Anapetro (associação que representa os petroleiros acionistas minoritários da Petrobrás) e o Sindipetro PR/SC encaminharam requerimento de informações à Petrobrás sobre as cláusulas do contrato entre as partes. Esse novo processo se soma a várias outras iniciativas adotadas anteriormente pelos advogados dos petroleiros em relação à Forbes & Manhattan, que envolvem irregularidades na venda da refinaria do Paraná, na atividade de produção e exploração de xisto e questões ambientais.

RÁDIOPEÃO
EXPEDIENTE
Av. Barbacena, 242 - B. Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30190-130
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIPETRO/MG • DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Eugênio Macedo, Felipe Pinheiro e João Henrique de Souza • JORNALISTA Andre Quintão e Debora Junqueira • DIAGRAMAÇÃO André Quintão • E-MAIL imprensa@sindipetromg.org.br • SITE www.sindipetro.org